

**Por entre pensamentos políticos e o traçar de uma educação:
veredas históricas Norte-Mineiras**

Wilney Fernando Silva

Resumo

O trabalho procura situar, numa perspectiva histórica, a educação de um município norte-mineiro dentro da conjuntura nacional brasileira durante as décadas de 1930 a 1970. Nesse sentido, discutiremos a origem e a organização do sistema escolar do município de Porteirinha, abordando aspectos do plano político e das ações educativas. O objetivo do trabalho é refletir as diversas articulações exercidas pelas lideranças políticas locais com o propósito de concretizar o sistema educacional por meio de construções de escolas, da secretaria municipal de educação e da institucionalização da profissão docente na região. Para analisar os mecanismos político-pedagógicos, foram utilizadas fontes primárias como livros e artigos; documentação impressa e manuscrita, além de entrevistas a ex-dirigentes e professores.

Palavras-chave: Sistema Escolar; Políticos Locais; Porteirinha.

Introdução

Porteirinha é município localizado no norte do Estado de Minas Gerais, localiza-se a 750 quilômetros da capital, Belo Horizonte. Atualmente possui cerca de 38 mil habitantes. Historicamente, a área educacional, além de ter sido pensada como forte aliada à formação de mão de obra qualificada e diminuição dos altos índices de analfabetismo, foi objeto de concretização de promessas políticas, a partir da década de 1940. O estudo das relações políticas com as políticas educacionais é o que se pretende neste trabalho. Embora se volte para um local específico – a organização do sistema educacional do município de Porteirinha –, não se pode compreender a manifestação dessas relações isoladas do todo nacional.

Além da pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e periódicos especializados na área de história da educação, a pesquisa utilizou como técnica de coleta de dados a Análise Documental. Foram analisados documentos originais tais como: legislações de ensino (decretos, leis e resoluções), produções não publicadas, biografias, jornais, projetos escolares, fotografias, redações, localizados nos setores jurídicos da Prefeitura Municipal, no Cartório Eleitoral, na Casa da Memória, do Departamento de Cultura Municipal. Também concorreram com indescritível presteza as narrativas de ex-professores e funcionários permitindo um

re(viver) das suas lembranças. A pesquisa foi balizada pelos aportes teórico-metodológicos consubstanciados na perspectiva da História e Historiografia da Educação. A propósito, é importante destacar que a História da Educação, em seus diversos matizes, vem assumindo uma importância fundamental no cenário da pesquisa em educação no Brasil. Magalhães (2004; 1996), bem como Vidal e Faria Filho (2003), salientam que, a partir da década de 1990, a historiografia da educação passou por um revisionismo crítico dos grandes paradigmas explicativos, possibilitando a ampliação dos estudos que enfocam particularidades das instituições educativas e suas imbricações com os processos sociais, econômicos, políticos e culturais mais amplos.

O período compreendido entre o Estado Novo (1937) até meados do governo militar de 1964 é significativo na história da educação brasileira. Os processos de industrialização e urbanização e as complexas relações sociais e políticas, nesse momento de mudanças, constituem temas sempre suscetíveis de discussões na área educacional. Partindo dessa conjuntura nacional, este trabalho mostrará como se relacionavam lideranças políticas do município de Porteirinha com as lideranças estaduais nas décadas de 1930 a 1970, com o objetivo de estruturar o sistema educacional da referida cidade.

A manutenção das relações de dependência era indispensável às elites locais no contexto do chamado período democrático (1945-1964). Para Abreu (1990, p. 08), “o progressivo fortalecimento do Estado como agente planejador, investidor e parceiro da iniciativa privada fez crescer a importância de se deter o seu controle”. Conscientes dessa nova realidade, os chefes políticos locais organizavam-se para se fazer representar em ocasiões estrategicamente políticas, além de inúmeros apoios aos chefes políticos estaduais e federais.

Em âmbito nacional, o fim do Estado Novo assinalou o surgimento de diversas agremiações partidárias no país. Porém, a vida política em Porteirinha quase sempre foi marcada pela formação de apenas dois partidos, quando não, um. Até 1938, data da sua emancipação política, o município não possuía representação política, esta ficava a cargo da sede, Grão Mogol. As primeiras administrações foram das interventorias (1938-1947), cujos políticos eram representantes indicados pelo governador de Estado, ação da centralização estatal da Era Vargas.

Seguindo a linha cronológica, percebe-se que os próximos chefes políticos locais, Anísio e Anfrísio, revezavam-se como prefeitos a cada eleição, formando as *administrações Anísio/Anfrísio* (1947-1963). Nessa política, quando não eram prefeitos, eram vereadores; foram até prefeito e vice-prefeito ao mesmo tempo. Não é difícil entender os fatores que

desencadearam isso: eram pessoas ricas, possuíam grandes extensões de terras, eram correspondentes bancários, possuíam uma tradição familiar e influências com governo estadual.

Já o ano de 1962, houve uma efervescência da disputa para o cargo de prefeito e representou um marco neste panorama. Neste ano, Alcides Mendes da Silva candidatou-se e foi eleito prefeito municipal e fundou o grupo *Gabiobas*, oposto aos *Liobas*. O grupo dos *Liobas* era composto pelos seguidores de Anísio e Anfrísio. Este pleito trouxe ao município um verdadeiro clima de tensão, e, em meio a uma arena política, o líder dos *Gabiobas* venceu a disputa e rompeu com a política Anísio/Anfrísio. No entanto, estas disputas se arrastaram até meados da década de 1970 e eram impregnadas das relações de favor, dominação e subordinação.

Para a consolidação do desenvolvimento, a área educacional também era objetivada nos governos desenvolvimentistas. Por exemplo, no governo de Juscelino Kubitschek (JK), assumida como necessária para o desenvolvimento, a educação serviu como um dos instrumentos para realização da nova ordem pretendida. Em mensagem ao Congresso Nacional, em 1959, JK deixou claro: “ampliar o sistema educacional do país para colocá-lo a serviço do desenvolvimento” (JK, 1959 apud CARDOSO, 1977, p. 178). A ampliação deste sistema tinha que acontecer de forma rápida em todos os recantos do país e a luta pelo desenvolvimento era uma luta contra o tempo, afirma Cardoso (1977).

Juntamente com a política desenvolvimentista, os chefes políticos locais, por meio da relação de dependência governo municipal-governo estadual, além da articulação com outros setores, tentavam estruturar a prosperidade municipal. Assim é que vão ser encaminhadas as propostas para a concretização da prosperidade ao constatarem que a área educacional era uma das peças fundamentais na construção dessa nova sociedade.

Conforme a elite local postulava, pautada no projeto desenvolvimentista, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Era importante pensar em políticas para formar um professor como ponto de partida para o exercício de uma direção voltada para o progresso e para a civilidade. Era importante formar os profissionais para atuarem nas escolas primárias da região, diminuir o enorme analfabetismo e transformar a realidade daquele povo.

Trilhando os caminhos histórico-político-educacionais de Porteirinha/MG

Desde os seus primórdios, no início do século XVIII até início do século XX, Porteirinha foi distrito de Grão Mogol (CUNHA, 2006). Distante da sede, dificilmente os recursos chegavam e ainda mais complicada era a instalação de órgãos públicos, como escolas, hospitais e construções de estradas. No entanto, os políticos da cidade de Porteirinha mobilizavam-se num esforço para atrair os investimentos do Estado e se inserir na política desenvolvimentista.

Conforme Bezerra (1990), o desenvolvimentismo representou uma grande esperança pois faltava energia para os pequenos armazéns e comércios, as estradas da região eram precaríssimas, existia um alto índice de analfabetismo etc. A análise da situação econômica e social de Porteirinha nos anos 1940 e 1950 descortinou um quadro nada alentador e contribuiu para se compreender essas relações políticas. A cidade mostrava ser precaríssima em, praticamente, todos os setores sociais básicos: água, energia, saneamento básico, transporte, educação. Não existiam casas de crédito para facilitar os negócios do município. O serviço de abastecimento de água potável era precário. As ruas da cidade não possuíam calçamento. Não havia luz, nem a motor. Havia grandes carências de escolas municipais e, conseqüentemente, um enorme contingente de pessoas analfabetas (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 03).

Era nesse cenário que a figura do político local se destacava. Desprovida de renda, serviços públicos decentes e baixa instrução, a população era afastada do exercício livre de seus direitos políticos, seu papel restringia-se a votar no homem dotado de virtudes especiais, capaz de guiá-la e de resolver o problema por ela. Segundo Queiroz (1969), as vilas e pequenas cidades do interior situaram-se como o ambiente ideal para as práticas clientelistas e, na maioria dos casos, elas foram reflexos e prolongamentos das áreas rurais ao seu redor.

Nesses pequenos núcleos, verificaram-se todo um trabalho público dos chefes políticos locais: escolas, estradas, igrejas e outros melhoramentos foram obtidos devido a sua influência. Uma parcela do prestígio desses chefes do interior dependia da obtenção desses melhoramentos para a sua comunidade. Por isso, os chefes do interior aderiam normalmente às situações estaduais. Eles precisavam obter o apoio dessas situações para manterem o seu prestígio e angariarem recursos (QUEIROZ, 1969, p. 37).

Com a emancipação política de Porteirinha em 17 de dezembro de 1938, o município conquista sua emancipação e tem como seus primeiros administradores os interventores. Nesta época, o município possuía escassez de órgãos públicos, como exemplo, o número de escolas municipais rurais era de apenas duas, sendo uma masculina e outra feminina, que funcionavam no povoado de Jatobá. Já na área urbana, existia apenas o Grupo Escolar João

Alcântara, que iniciou suas atividades em 1914. Para Carvalho e Carvalho (2013), no início do século XX, a escolarização primária passou a ser objeto de uma reflexão intensa entre os dirigentes brasileiros porque, supostamente, anularia um entrave central ao progresso do país: os altos índices de analfabetismo. Mais que isso, a escola seria um instrumento valioso para disseminar o novo ideário que se impunha na sociedade (CARVALHO; CARVALHO, 2013). Segundo Gatti e Inácio Filho (2011, p. 93),

Era preciso mudar, romper com o passado e traçar um novo modelo de cidade que trouxesse ares de modernidade, progresso e civilidade. Diante de tantas mudanças de caráter político, econômico e social, a escola vem de encontro aos princípios defendidos pela ordem republicana, a difusão da educação popular, pois as escolas podem ser consideradas instrumentos para o estabelecimento da ordem e o progresso da sociedade. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto de civilização da nação brasileira. Ganha força um discurso de que a escola torna-se o centro de propagação de conhecimento, cultura e normas de conduta, necessários para o crescimento e expansão da cidade rumo à modernidade. Assim seria a educação o principal o instrumento de formação moral e intelectual de um povo (GATTI; INÁCIO FILHO, 2011, p. 93).

Com um número restrito de unidades escolares, o município de Porteirinha, após o seu desmembramento de Grão Mogol, vê a necessidade de expandir seu sistema educacional para os diversos recantos. “Em virtude da necessidade de ampliar a instrução pública municipal, devido à emancipação, criam-se mais três escolas municipais urbanas: Escola Municipal Rui Barbosa, a Escola Municipal Barão do Rio Branco e a Escola Municipal 19 de Abril” (PORTEIRINHA, 2005, p. 15). Em outro documento histórico, pode-se conferir a construção de outras escolas rurais no município: “[...] Art. 1º – Ficam criadas no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas. Art. 2º – Ficam mantidas a Escola Municipal Masculina e a Escola Municipal Feminina do povoado de Jatobá, as quais passarão a denominar-se, respectivamente, “Escola Presidente Vargas” e “Escola Governador Valadares” [...] (PORTEIRINHA, 1940, p. 230).

Se foi aumentado o número de escolas, implicava, pois, aumentar o número de profissionais para atuar ali. Daí o motivo do chefe político sancionar o Decreto-lei nº 18:

Art. 1º –[...] Ficam criadas neste município seis (6) lugares de professores primários. [...]

Art. 3º – Só poderão ser nomeados professores primários rurais, normalistas diplomadas por Escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concurso de provas

Art. 4º - Ficam mantidos os lugares de Professores rurais das Escolas Municipais do povoado de Jatobá, criados pela Prefeitura Municipal de Grão-Mogol, anteriormente ao desmembramento deste Município.

Art. 5º - Estes novos professores deverão submeter ao exame de provas, e os que já se encontram em exercício deverão submeter ao exame de provas e títulos em época que será determinada pelo Prefeito Municipal, sem o que serão dispensados dos cargos respectivos. (PORTEIRINHA, 1940, p. 184).

Percebe-se uma preocupação em relação à expansão do quadro de docentes e ao processo de profissionalização destes: criaram-se mais seis vagas para professores em escolas municipais rurais e exige-se nomear professores que possuíssem um diploma de normalista expedido por escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concursos. Apesar da exigência, a cidade possuía uma carência muito grande de professores com este nível de qualificação.

O concurso público para o docente era outra preocupação da administração escolar. Todos os professores deveriam ser submetidos ao exame de provas, mesmo aqueles que já atuavam e não eram efetivos. Iniciava-se uma nova fase onde o professor tornava-se um funcionário público, enquadrando-se no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais. No entanto, apesar de ter enquadrado o professor como agente público, os documentos analisados atestam que as diversas administrações municipais parecem não terem investido muitos recursos financeiros na área educacional. Segundo os valores registrados e contabilizados, a intenção do Estado naquele momento era apenas promover o ensino primário a todos. Ou seja, uma grande população rural não necessitava de formação superior àquela, o primário já era o suficiente para o grande contingente de analfabetos. Certamente, os dirigentes conheciam a importância da formação do povo para a consecução de seus propósitos. Observe como os diversos decretos-lei e leis, apresentados a seguir, sancionados pelos prefeitos, traduziram estes objetivos.

A lei nº 183, de 21 de outubro de 1959, sancionada pelo prefeito Anísio Santos, expressava a abertura de créditos suplementares da Prefeitura. Nela a municipalidade gastou com impressos, livros e materiais de expediente da prefeitura a quantia equivalente a CR\$60.000,00, enquanto que os recursos para aluguel e reparo dos prédios escolares ficaram orçados em somente Cr\$20.000,00 (PORTEIRINHA, 1959, p. 27). Neste plano, os gastos com a Educação Pública – que abarcavam o Ensino Primário, Secundário (que na prática não existia) e complementar, além do serviço de Inspeção – representavam apenas 11,76% do total geral (p. 27).

Já em 1961, a Lei nº 225 de 03 de dezembro de 1960, sancionada pelo prefeito Anísio Santos, autorizava-lhe assinar convênio com o governo do Estado de Minas Gerais ou com a sua Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de manter e expandir a rede escolar urbana e rural.

As eleições de 1962 vieram romper com os acordos políticos Anísio/Anfrísio. Alcides Mendes da Silva, então vereador de Porteirinha, concorre ao cargo de prefeito municipal e vence. Neste pleito, teve de um lado a participação de Anfrísio Coelho, que compunha a ala conservadora, e do outro o candidato Alcides Mendes da Silva, da ala esquerdista. Estes dois blocos foram popularmente denominados de *Liobas* e *Gabirobas*, marcando uma nova etapa na política local. Vejamos como as forças políticas se alternavam no poder:

De 1963 a 1966 – Alcides Mendes da Silva (Gabirobas).

De 1967 a 1970 – Anfrísio Coelho (Liobas).

De 1971 a 1972 – Antônio Eustáquio Tolentino (apoiado pelo chefe dos Gabirobas).

De 1973 a 1976 – Dr. Adir Pinheiro (apoiado pelo chefe dos Liobas).

De 1977 a 1982 – Alcides Mendes da Silva (Gabirobas).

(MELO, 2007).

A biografia de Alcides Mendes da Silva narra uma trajetória de vida que, de menino nascido numa fazenda passa a líder político local. Possuía como características a facilidade de articular com as diversas personagens políticas e financeiras na região. Sua riqueza fez com que muitos outros agricultores da região ficassem dependentes, pois os avalizavam. Fez amizades com famílias ricas e influentes do norte de Minas, como a família Athayde, de Montes Claros, conforme Bezerra (2007). Esse conjunto de atributos levava-o a assegurar a adesão cada vez maior de parcelas da população ao seu projeto de direção. Dentre deste, inseria-se o conjunto de medidas administrativas que visavam incentivar a expansão dos negócios em Porteirinha e a estruturação de serviços básicos como energia, água e calçamento urbano (BEZERRA, 1990). Além das medidas administrativas que visavam incentivar a expansão dos negócios, a estruturação de serviços básicos e as políticas sociais, o chefe político preocupou-se com a formação do professor. Observe o documento que mostra inúmeras construções de escolas e o tom populista impresso no texto:

Compelido pela *exigência do povo*, candidatou-se a prefeito de Porteirinha [...]. Foi como prefeito que ele conseguiu realizar o seu sonho de diminuir as carências de escolas municipais. No propósito de alfabetizar o *seu povo*, construiu 32 escolas, dotando-as de prédio próprio, carteiras, quadro negro e

professoras (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 02).

A política educacional empregada pelo líder era espalhar uma quantidade elevada de escolas para levar a instrução à população. Os planos do então prefeito para a educação casam-se perfeitamente com a política desenvolvimentista: mais escolas no município implicavam uma sociedade mais produtiva. Pertinente a análise que Peixoto Filho (2003) faz, com base no discurso juscelinista, à escola elementar:

a articulação do sistema educacional com o desenvolvimento deverá se processar a partir da escola elementar, onde o cidadão de aptidões comuns deverá ser preparado para que atinja a produtividade requerida pela moderna sociedade [...]. Assim sendo todos serão capazes de desempenhar as tarefas que lhes exigirá o desenvolvimento (PEIXOTO FILHO, p. 27, 2003).

Alcides Mendes da Silva e seu grupo devem ter feito esta análise, fazendo surgir, a partir dela, sua grande contribuição à educação porteirinhense. Esse chefe político soube aproveitar todo seu potencial articulador e atrelá-lo aos ideais da política desenvolvimentista. A criação de um plano educacional voltado para a formação de professores da cidade e região norte-mineira foi a meta estabelecida por ele e pelo seu grupo. “Uma Escola Normal passou a ser sua grande obsessão e pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho por ela”, isso porque sabia dos verdadeiros benefícios de ter uma escola normal, como: preferência da população pelo espaço urbano; vinda de muitos estudantes de outras cidades para a região, fazendo com que o município ficasse conhecido regionalmente; tornar a instituição uma das referências em formação docente no norte de Minas Gerais; alfabetizar o maior número de crianças; formar professores habilitados para atuarem nas escolas e capacitar os já em exercício.

É a educação sendo assumida como necessária para o desenvolvimento local. É a ordem de JK ainda viva, que expressou em seu governo: “ampliar o sistema educacional do país para colocá-lo a serviço do desenvolvimento”. Além disso, a presença da Escola Normal traria outro benefício para os chefes políticos: quem tivesse a direção dela, possuía força política e a mais nova coisa pública da cidade: o grandioso prédio da Escola Normal. A entrevista de Delcy Pereira dos Santos (2007), ex-secretária, confirma os argumentos:

A Escola Normal era uma coisa que chamava atenção, porque era da região, todo mundo se encantava com a Escola Normal, e todo mundo queria ser o responsável por ela. Então, todo político visava ter nas mãos o controle dessa escola, ou seja, queria ter do seu lado diretor e funcionário ali dentro. [...] A

Escola Normal era onde as pessoas mostravam o poder político, era onde tinha uma repercussão muito grande, onde ia muita gente.

Em 1967, já sob a administração de Anfrísio Coelho, chefe dos Liobas, a Prefeitura assina convênio com o MEC visando à construção de dois grupos escolares nas comunidades denominadas Tocandira e Tanque, além de criar o primeiro órgão municipal de Educação denominado de Departamento de Educação e Cultura. Este órgão, conforme a lei de sua criação, “tinha o objetivo de reger o Ensino Primário Municipal” (PORTEIRINHA, 1967, p. 166). O seu artigo 2º expressa que “fica criado, no Quadro de Pessoal da Prefeitura, o cargo de Chefe do Departamento da Educação”. O Livro nº 03 das Leis e Decretos acrescenta que por meio da Lei nº 344 de 24 de fevereiro de 1967 “fica o prefeito autorizado a assinar convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para manutenção e expansão da rede escolar [...] de acordo com o Código do Ensino Primário”.

Já no ano de 1971, o então prefeito, Antonio Eustáquio Tolentino, logo após sua posse, promove, por meio da Lei nº 402, uma reestruturação no quadro do funcionalismo público, sobretudo com os professores, que se pautou na mudança de lotação, vencimentos de acordo com a titularidade, necessidade de se criar novas escolas e novas vagas para professores:

Art. 1º - Ficam mantidos os dez cargos de Professoras Normalistas constantes do orçamento vigente, os quais, juntamente com as Professoras de padrão “A”, serão lotadas de preferência nos grupos escolares da zona urbana. Além disso, prevê um aumento do quadro do pessoal, mais 50 cargos de professores rurais.

Parag. 2º - Os seus vencimentos serão de Cr\$ 540,00 anuais.

Parag. 3º - Os padrões e os respectivos vencimentos passam a vigorar da seguinte forma:

10 professoras normalistas – Cr\$2.160,00

20 professoras padrão “A” – Cr\$ 1.130,00

20 professoras padrão “B” – Cr\$ 960,00

20 professoras padrão “C” – Cr\$ 720,00

50 professoras padrão “D” – Cr\$540,00

[...] Parag. 5º- Fica igualmente autorizado a criar as escolas que se fizerem necessárias, de acordo com as necessidades locais, e regionais, bem como aumentar o número de professoras para cada classe de 30 (trinta) alunos comprovadamente existentes em cada escola criada. [...] (PORTEIRINHA, 1971, p. 272).

A legislação provocou uma mudança de lotação dos docentes que deu prioridade aos professores normalistas atuarem nos grupos escolares da cidade.

Considerações Finais

Nesse texto foi possível perceber que relações políticas e educacionais constituíram o processo de escolarização e construção do sistema escolar da cidade de Porteirinha/MG. Além da força econômica, os chefes políticos possuíam força social e econômica e utilizavam de variadas estratégias para conquistar, exercer e manter seu poder. Em âmbito local, as divergências eram acirradas, no entanto, na hora de respaldar as candidaturas e projetos governistas em níveis estadual e federal, os grupos políticos opostos se uniam.

Pautado num discurso de mudança, que romperia com o passado, os dirigentes políticos traçaram um novo modelo de cidade que trouxesse ares de progresso e civilidade mediante implantação de um sistema escolar público. De uma forma geral, aumentou-se o número de crianças na escola primária e organizou-se, sistematicamente, a educação. Inúmeras escolas, principalmente na zona rural, foram construídas, foi criada a secretaria municipal de educação e uma Escola Normal para formação do professorado, durante o período enfocado.

No mesmo sentido, seguiram as vagas de professores do município. Os prefeitos que iniciavam seu mandato, geralmente faziam algumas reestruturações no quadro dos funcionários municipais. A educação pública, no período de 1940 a 1970, de uma forma geral, cresceu de forma quantitativa. Para isso, o município sempre procurava assinar convênios com o governo estadual e com a Secretaria de Estado de Educação.

Finalmente, de acordo com preceitos do projeto desenvolvimentista, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Mediante adaptação do ensino às necessidades do trabalho, atendendo a uma questão relevante para o desenvolvimento, na prática, delineou-se a perspectiva da educação para o trabalho e para a diminuição da enorme taxa de analfabetos. Isso denota, sem dúvida, a centralidade que aquela sociedade dava às atividades que se realizavam no ensino e na alfabetização do povo norte-mineiro, tentativas de formação de uma mentalidade adequada aos novos tempos que estavam por vir.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BEZERRA, Arnaldo. *A Escola Normal de Porteirinha*. Porteirinha/MG: Escola Estadual de Porteirinha. Palestra proferida na comemoração dos 25 anos da Escola Normal de Porteirinha, 1990.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *A ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira de. Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da Reforma Francisco Campos (1926–1930). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 51, p. 139-156, jun., 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: 1997.

CUNHA, Osvaney Barbosa. *Serranópolis de Minas: nossa terra, nossa história!* (mimeo). Serranópolis de Minas/MG, 2006.

ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA. *Documento textual Biografia do Sr. Alcides Mendes da Silva* (1990).

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX. *Cadernos de História da Educação*. V. 10, n. 1 – jan./jun. p. 93-121, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. *Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo*. Braga-Portugal, Universidade do Minho, 1996.

MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. *Cria um Colégio Normal Oficial na cidade de Porteirinha*. Belo Horizonte, ano LXXII, nº 241, 15 de dezembro de 1964.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A travessia do popular na contradança da educação*. Goiânia/GO: UCG, 2003.

PORTEIRINHA/MG. Lei 225 de 03 de dezembro de 1960. Autoriza a assinar convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais ou sua Secretaria de Educação para a manutenção e expansão da rede escolar rural. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Decreto-lei 17, de 03 de junho de 1940. Cria no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

_____. Decreto-lei 18, de 02 de agosto de 1940. Cria lugares de professores primários rurais e mantém os lugares de professores do povoado de Jatobá. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

_____. Departamento Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural. *Dossiê de tombamento do acervo documental do Cartório de Paz e Registro Civil do distrito de Gorutuba – Porteirinha/MG*. Porteirinha/MG, 2005.

_____. Lei 183 de 21 de outubro de 1959. Abre créditos suplementares. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Lei 344 de 24 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre convênio com a Secretaria da Educação. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Lei 354 de 19 de dezembro de 1967. Cria o Departamento de Educação. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Lei 402 de 19 de fevereiro de 1971. Reestrutura o Quadro do Funcionalismo do Município e contém outras providências. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porteirinha. *Plano Decenal Municipal de Educação (2006/2015)*. Porteirinha/MG, 13 de dezembro de 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 37-70, 2003.

Entrevistas

Arnaldo Bezerra (Data: 19/08/2007).

Delcy Pereira dos Santos (Data 30/07/2007).

Eulinto Martins de Melo (Data 20/04/2007).